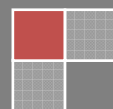


Projeto Educativo de Agrupamento

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MEM MARTINS



Índice

I – PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

1.1. VISÃO -----	4
1.2. MISSÃO -----	5

II – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

2.1. DINÂMICA ECONÓMICA CONCELHIA -----	6
2.2. MEIO E COMUNIDADE -----	7
2.3. UNIDADES EDUCATIVAS -----	9
2.4. COMUNIDADE DOCENTE E NÃO DOCENTE -----	10
2.5. COMUNIDADE DISCENTE -----	10
2.5.1. Distribuição da Comunidade Discente por Ciclos de Escolaridade -----	10
2.5.2. Comunidade Discente - Alunos com Necessidades Educativas especiais-----	12
2.5.3. Distribuição da Comunidade Discente pelos escalões A e B do Serviço de Ação Social Escolar -----	12
2.5.4. Comunidade Discente – Absentismo e Abandono Escolar -----	13
2.5.5. Comunidade Discente – Resultados Escolares -----	14
2.5.5.1. Taxas de retenção no Ensino Básico -----	14
2.5.5.2. Taxas de sucesso nas disciplinas de Português e Matemática no Ensino Básico -	15
2.5.5.3. Taxas de sucesso obtidas nas provas finais dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade -----	15
2.5.5.4. Resultados obtidos na 1.ª fase dos exames nacionais dos 11.º e 12.º anos em 2012/2013 -----	16
2.6. OFERTA EDUCATIVA -----	17
2.6.1. Oferta Educativa Curricular -----	17
2.6.2. Oferta Educativa Extracurricular -----	20
2.7. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (PRIMEIRO CICLO) -----	21

III – DIAGNOSE: REFLEXÃO-AÇÃO

3.1. Domínios e subdomínios de reflexão prioritária -----	22
---	----

IV – VETORES DE AÇÃO ESTRATÉGICA

4.1. - Gestão e liderança partilhada -----	26
4.2. – Sucesso Educativo -----	28
4.3. – Identidade e Coesão do Agrupamento -----	30
4.4. – Promoção de igualdade de oportunidades -----	31
4.5. – Espaços físicos e equipamentos -----	32

V – AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

5.1. – Calendarização -----	33
5.2. – Monitorização, avaliação e divulgação -----	33

VI – DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

6.1. – Divulgação -----	33
-------------------------	----

VII – VIGÊNCIA E CESSAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

7.1. – Vigência -----	34
-----------------------	----

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ANEXOS

I – PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

Um projeto começa por ser uma ideia, com determinada abrangência organizacional, que define e retrata aquilo que se pretende atingir e o caminho que se quer percorrer. Todos teremos que caminhar juntos e identificarmo-nos com o percurso, parar para refletir e reaprender com todo processo. Se for preciso, também poderemos redefinir a orientação, sempre de acordo com a evolução da realidade em que nos inserimos, o contexto cultural, social e económico que entretanto se definir ao nosso redor.

As diferenças e a heterogeneidade que nos caracterizam, os constrangimentos e a vontade persistente em ultrapassá-los serão a nossa riqueza traduzida em eficiência. Não há dificuldade que nos desanime nem contratempo que nos faça desistir de investir nos projetos de vida que temos entre mãos, os nossos alunos.

Ao longo da viagem que nos propomos realizar faremos muitas escolhas e estas, no seu conjunto, deverão constituir um percurso criativo, crítico e diferenciado, porque as possibilidades são sempre imensas e adequadas aos objetivos e circunstâncias educativas, educadoras e educacionais do nosso agrupamento.

Este projeto será aquilo que todos efetivamente quisermos, no quadriénio de 2013-2017. Deve anunciar à partida a visão que queremos e partilhar a missão que nos impulsiona para a sua concretização.

1.1. VISÃO

O projeto educativo possibilitará ao agrupamento um ajuste permanente entre a situação presente e o futuro desejado.

Numa visão pedagógica, educativa e organizacional do Agrupamento, o projeto educativo assenta nos quatro pilares da Educação para o século XXI, a saber: (i) aprender a conhecer, (ii) aprender a fazer, (iii) aprender a ser e (iv) aprender a viver juntos. Estes quatro pilares, em conjunto, constituirão os instrumentos de promoção do desenvolvimento da personalidade e da cidadania democrática. Neles podemos reconhecer a formação pessoal para a autonomia ética e responsável, o conhecimento e

o juízo crítico, a empatia e a comunicação, bem como a formação social para a escolha e decisão, a cooperação, a intervenção e o compromisso.

A dinâmica interativa entre os três primeiros pilares resultará num quarto pilar estruturante: aprender a viver juntos.

Em síntese, e perante este quadro educacional, assume-se como Visão o desenvolvimento de conhecimento, competências e capacidades para que sujeitos e instituição sejam capazes de caminhar em direção ao paradigma de aprender a aprender.

1.2. MISSÃO

As práticas organizacionais e relacionais nas escolas do agrupamento refletirão o envolvimento / participação dos membros da comunidade educativa, substituindo-se a dispersão das intervenções por uma visão partilhada dos problemas e pela colaboração na concretização da sua resolução.

Torna-se imperativo congregar as diferentes motivações e sensibilidades de forma a criar um agrupamento que gradualmente vá construindo uma identidade e onde a comunidade se reveja na Missão de educar cidadãos para o sucesso, formar jovens autónomos, civicamente participativos, exercendo uma cidadania ativa, responsável, crítica e comprometida com valores democráticos e humanistas.

II – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

2.1. DINÂMICA ECONÓMICA CONCELHIA

O concelho de Sintra, segundo maior concelho do País em população, enquadra-se na Área Metropolitana de Lisboa, sendo esta o espaço de emprego por excelência dos residentes em Sintra.

O setor terciário, incluindo o turismo, é o que tem maior expressão económica no concelho, tanto em termos de população empregada como em número de empresas e estabelecimentos de serviços localizados no concelho.

O turismo desempenha um papel axial no triângulo turístico Lisboa-Sintra-Cascais e assume esta atividade papel basilar no desenvolvimento do concelho. A singular riqueza paisagística e arquitetónica - área de paisagem protegida e património mundial – tornou Sintra num dos locais mais procurados do país.

O setor secundário tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante no crescente dinamismo económico do concelho, situação visível pela implantação de várias indústrias nos diferentes parques e polígonos empresariais concelhios.

Destacam-se então empresas ligadas às seguintes atividades económicas: transporte, armazenagem/logística e comunicações; informática e novas tecnologias da informação e comunicação; construção civil; metalomecânica; indústria química e farmacêutica; indústria gráfica; indústria transformadora de mármore e rochas ornamentais e grandes superfícies comerciais.

No sentido de manter estreita ligação entre escola e o mercado de trabalho, o agrupamento, na vertente dos cursos profissionais ao nível do ensino secundário, tem em vigência ofertas formativas nas áreas económicas supramencionadas – ver ponto 2.6.1. É este universo económico que tem servido de plataforma de ingresso dos alunos dos cursos profissionais no mercado de trabalho, salientando-se o desempenho e sucesso dos formando dos cursos de Secretariado, Informática e Vendas durante o período de estágio profissional. Constata-se que as entidades empregadoras/formadoras, em elevado

número de casos, e pela qualidade demonstrada em situação laboral, admitem os formandos no seu quadro de recursos humanos.

2.2. MEIO E COMUNIDADE

O Agrupamento de Escolas de Mem Martins - AEMM - foi constituído no dia 28 de junho de 2012 e resultou da fusão entre o Agrupamento de Escolas Maria Alberta Menéres e a Escola Secundária de Mem Martins (sede), tendo como área de influência pedagógica as freguesias de Algueirão-Mem Martins e Rio de Mouro.

O meio socioeconómico envolvente é marcado por características urbanas comuns às áreas metropolitanas das grandes cidades. Esta realidade traduz-se em núcleos familiares reduzidos, com crescente tendência para a existência de famílias monoparentais, em que a maioria dos pais e encarregados de educação trabalha fora da freguesia, ritmando o seu quotidiano pela pendularidade das deslocações ao longo do eixo dinâmico Lisboa-Sintra. O tempo de deslocação dos pais para os seus empregos aumenta o período em que os alunos estão sem vigilância parental e aumenta também o tempo de permanência das crianças na escola, sobretudo a partir do 5º ano de escolaridade, já que alguns pais deixam de ter estruturas de suporte ao acompanhamento dos alunos, nomeadamente do tipo ATL.

As freguesias que integram a Comunidade Educativa do agrupamento enquadram-se nos parâmetros da classe média e média-baixa, havendo focos consideráveis de população que se encontram abaixo dos níveis sociais e económicos referidos anteriormente.

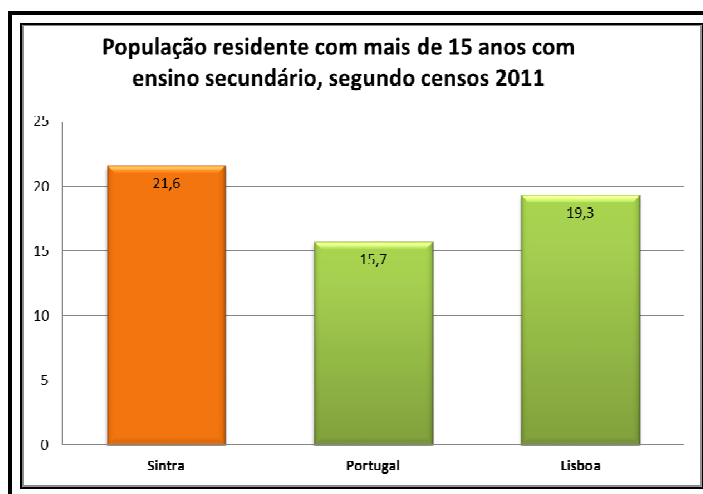
Em termos de mosaico cultural, refere-se a existência de um grupo populacional significativo com raízes étnico-linguísticas nos países africanos lusófonos, para além dos núcleos oriundos do Brasil, China e países eslavos, evidenciando-se assim a matriz multicultural da população discente do agrupamento.

O produto desta circunstância geográfica, social, económica e cultural levou a que o agrupamento instituísse um hemisfério de parcerias e protocolos que visam a estimulação do ambiente educativo do agrupamento na sua inter-relação com a comunidade.

Os parceiros pedagógicos (ver anexo III, lista de parceiros) ilustram um conjunto de mais-valias, potenciando o desenvolvimento de competências e capacidades nos vários domínios formativos.

Quanto ao nível de formação escolar da população residente, segundo os censos de 2011, o concelho de Sintra destaca-se relativamente à média nacional e ao espaço de referência nacional, Lisboa, em termos de ensino secundário – ver gráfico 1.

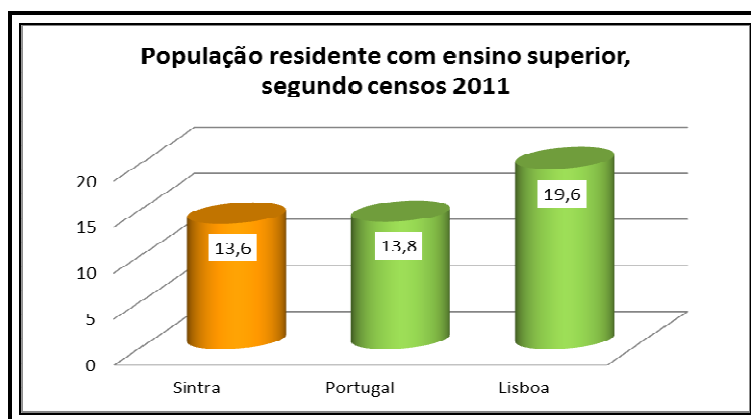
Gráfico 1 – População com ensino secundário em 2011



Fonte: Pordata/INE, censos 2011

Em termos de ensino superior, os censos de 2011 indicam que o concelho de Sintra encontra-se ligeiramente abaixo da média nacional e decai significativamente se for comparado com Lisboa – ver gráfico 2.

Gráfico 2 – População com ensino superior em 2011



Fonte: Pordata/INE, censos 2011

Concluindo, a diversidade e dinamismo económico, social, linguístico, cultural e étnico contribui, por um lado, para o enriquecimento da vivência social no espaço escolar, fomentando oportunidades de promoção da tolerância e respeito pela diferença, mas, por outro, coloca alguns desafios à organização escolar no âmbito da promoção da integração plena de todos os alunos, obrigando a uma constante redefinição de estratégias de gestão pedagógica e de eficiência educativa e educacional.

O agrupamento terá sempre como finalidade educativa conceder uma formação integral aos jovens estudantes e, conseqüentemente, dotá-los das competências necessárias para se integrarem numa sociedade cada vez mais inclusiva, exigente e competitiva.

2.3. UNIDADES EDUCATIVAS

A Escola Secundária de Mem Martins foi criada em 1983, através da Portaria nº 907/83, 1 de outubro de 1983. A escola localiza-se em Rio de Mouro, servindo simultaneamente a comunidade educativa da freguesia de Algueirão-Mem Martins. Com a formação do Agrupamento de Escolas de Mem Martins, o referido estabelecimento de ensino passou a ser lavrado como escola sede do agrupamento.

A Escola Básica 2,3 Maria Alberta Menéres, foi criada oficialmente pela Portaria N.º 549/98 de 19 de agosto de 1998, embora só tenha entrado em funcionamento no ano letivo 1999/2000.

A escola EB1 nº2 de Mem Martins, escola Piloto, inaugurada em 1966, fica situada na localidade de Mem Martins, freguesia de Algueirão / Mem Martins, concelho de Sintra, distrito de Lisboa.

A Escola EB1 com JI Serra das Minas n.º 1, construída em 1978, situa-se no bairro da Serra das Minas, na freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra.

2.4. COMUNIDADE DOCENTE E NÃO DOCENTE

Entre 2012 e 2013, salvaguardando ligeiras flutuações relativas aos recursos humanos em disponibilidade, o agrupamento tem ao seu serviço cerca de 260 professores, dos quais 209 pertencem ao quadro e 51 são contratados. Os professores do quadro de agrupamento representam 80,4% do total dos docentes, enquanto os professores contratados representam 19,6%.

Do quadro do pessoal não docente constam um Técnico Superior (1 psicólogo), 16 Assistentes Técnicos e 57 Assistentes Operacionais.

Para dar resposta aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE) de carácter permanente o agrupamento dispõem de recursos humanos ao nível dos apoios específicos (técnicos), como resultado de parcerias com entidades externas (CECD, GNR, entre outros).

2.5. COMUNIDADE DISCENTE

2.5.1. Distribuição da Comunidade Discente por Ciclos de Escolaridade

O AEMM integra quatro unidades educativas: Escola Secundária de Mem Martins, Escola EB 2,3 Maria Alberta Menéres, Escola Básica n.º 2 de Mem Martins, mais conhecida por Escola Piloto, e a Escola Básica n.º 1 com Jardim de Infância da Serra das Minas.

Em 2012/2013, a população discente do agrupamento distribuiu-se, por nível de ensino, de acordo com os mapas seguintes:

Estabelecimentos de Ensino	N.º de Turmas		N.º de Alunos		
	1.º Ciclo	Jl	1.º Ciclo	Jl	TOTAL
Escola Básica n.º 1	11	2	235	45	280
Escola Básica n.º 2	13	0	322	0	322
TOTAL	24	2	557	45	602

		N.º de Turmas	N.º de Alunos		
2.º Ciclo	5.º Ano	6	168	345	
	6.º Ano	6	177		
3.º Ciclo	7.º Ano	9	237	775	
	8.º Ano	10	264		
	9.º Ano	10	263		
	PCA	1	11		
	CV	1	15		
Secundário	CCH	10.º Ano	16	420	1238
		11.º Ano	14	360	
		12.º Ano	11	292	
	CURSOS PROFISSIONAIS	10.ºAno	3	70	
		11.ºAno	3	53	
		12.ºAno	3	43	

2.5.2. Comunidade Discente - Alunos com Necessidades Educativas Especiais

O agrupamento possui três Unidades de Ensino Estruturado, para a educação de crianças e jovens com perturbações do espectro do autismo, duas funcionam na Escola EB 2,3 Maria Alberta Menéres e a outra na Escola Básica n.º 1 com Jardim de Infância da Serra das Minas. Pretende ser mais um recurso educativo para dar resposta aos alunos do agrupamento, cuja problemática se possa enquadrar nesta oferta.

De acordo com a classificação internacional de funcionalidade (CIF) podemos considerar que o Agrupamento tem cerca de 6% de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) de carácter permanente ou prolongado (disfunções cognitivas sensoriais, motoras ou emocionais e saúde física), cuja distribuição por ciclo se pode observar no seguinte quadro:

Ciclo	N.º de Alunos
Jardim de Infância	1
1.º Ciclo	33
2.º Ciclo	38
3.º Ciclo	68
Secundário	38
TOTAL	178

2.5.3. Distribuição da Comunidade Discente pelos escalões A e B do Serviço de Ação Social Escolar

Considerando o período entre 2012 e 2013, em relação ao número de alunos beneficiários dos Serviços de Ação Social Escolar, nos escalões A e B, estes representam 34,3% do total de alunos do Agrupamento, cuja distribuição por ciclo se pode observar no seguinte quadro:

Ciclo	N.º de Alunos
Jardim de Infância	25
1.º Ciclo	207
2.º Ciclo	152
3.º Ciclo	343
Secundário	302
TOTAL	1029

2.5.4. Comunidade Discente – Absentismo e Abandono Escolar

Apesar de no ensino básico a taxa de abandono ser nula, é fundamental continuar a otimizar as condições de aprendizagem dos alunos de forma a evitar a sua saída precoce do sistema educativo em qualquer dos ciclos de ensino.

Neste sentido, foram definidas estratégias conducentes a uma eficiente operacionalização das condições de aprendizagem, destacando-se em termos legais os planos de acompanhamento pedagógico para os alunos e para as turmas. Acresce referir ainda a implementação da pedagogia diferenciada na sala de aula, o desenvolvimento de programas de tutoria e de *coaching* com o objetivo de melhorar os métodos de estudo e de trabalho dos alunos.

Acompanhando estas medidas, define-se como fundamental o constante envolvimento da família como forma de potenciar os benefícios decorrentes das medidas apontadas. O contacto permanente entre o Diretor de Turma/Professor Titular de Turma e o Encarregado de Educação é o garante de um esforço conjunto para diminuir o absentismo e o precoce abandono escolar.

2.5.5. Comunidade Discente – Resultados Escolares

A análise e reflexão dos resultados escolares são feitas período a período, em sede do órgão pedagógico do agrupamento e, posteriormente, de uma forma mais exaustiva e particular, em reuniões de departamento e de área disciplinar. Como ponto de partida, e indicadores que permitiram delinear o plano de ação para a melhoria dos resultados, que à frente especificamos, destacam-se os obtidos internamente nos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013 (taxas de retenção no Ensino Básico, taxas de sucesso nas disciplinas de Português e Matemática no Ensino Básico) e externamente no ano letivo 2012/2013 os resultados obtidos na 1.ª fase dos Exames Nacionais do 11º e 12º anos de escolaridade).

2.5.5.1. Taxas de retenção no Ensino Básico

Ano de escolaridade	Resultado em 2011/2012	Resultado em 2012/2013	Nacional 2011/2012
1.º ano	0%	0%	0%
2.º ano	8,3%	14,4%	9,4%
3.º ano	7,8%	11,8%	4,4%
4.º ano	2,5%	10%	5,4%
5.º ano	8,3%	14,6%	8,9%
6.º ano	18,9%	19,8%	13,7%
7.º ano	18,6%	21,9%	17,9%
8.º ano	10,5%	17,1%	13,1%
9.º ano	20,5%	20,3%	17,7%

2.5.5.2. Taxas de sucesso nas disciplinas de Português e Matemática no Ensino Básico

Ano de escolaridade	2011/2012		2012/2013	
	Português	Matemática	Português	Matemática
1.º ano	93%	88%	90%	92%
2.º ano	90%	91%	86%	88%
3.º ano	90%	87%	90%	87%
4.º ano	97%	91%	87%	89%
5.º ano	81%	72%	77%	67%
6.º ano	85%	67%	91%	73%
7.º ano	79%	56%	82%	55%
8.º ano	88%	66%	75%	59%
9.º ano	78%	60%	89%	47%

2.5.5.3. Taxas de sucesso obtidas nas provas finais dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade

Ano de escolaridade	2011/2012		2012/2013		2012/2013 Média nacional	
	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
4.º ano	83%	73%	47%	52%	49%	57%
6.º ano	71%	53%	51%	44%	51%	49%
9.º ano	54%	30%	44%	25%	47%	43%

2.5.5.4. Resultados obtidos na 1.ª fase dos exames nacionais dos 11.º e 12.º anos em 2012/2013

<i>Disciplina</i>	Código Exame	<i>Média CE Agrupamento</i>		<i>Média CE Nacional</i>		Média CIF [valores]
		Internos [valores]	Total [valores]	Internos [valores]	Total [valores]	
Alemão (iniciação - bienal)	501	14,7	14,7	10,8	11,1	13,4
História A	623	11,8	10,3	10,6	9,9	12,4
Literatura Portuguesa	734	10,5	9,8	11,2	10,6	11,2
História da Cultura e das Artes	724	11,6	10,9	10,4	9,4	12,5
Português Língua Não Materna (int)	839	12,7	12,8	14,0	14,2	14,1
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	835	11,4	8,8	9,9	8,8	13,1
Geometria Descritiva A	708	12,1	9,9	12,2	10,2	14,3
Matemática A	635	9,5	7,4	9,7	8,2	12,0
Economia A	712	10,3	9,9	11,3	10,0	12,6
Francês (continuação - bienal)	517	11,1	10,4	11,7	11,3	13,6
Filosofia	714	10,0	8,1	10,2	9,2	12,8
Português	639	8,9	8,1	9,8	8,9	12,3
Desenho A	706	11,3	11,3	12,4	12,1	14,7
Geografia A	719	8,7	8,2	9,8	9,4	12,7
Espanhol (iniciação - bienal)	547	10,1	9,4	10,3	9,6	13,8
Física e Química A	715	8,1	7,2	8,1	7,8	12,3
Matemática B	735	7,1	7,4	10,2	7,9	12,2
Biologia e Geologia	702	7,7	7,4	8,4	8,1	12,9

Tendo em conta os resultados internos do ano lectivo 2012/2013, os objetivos operacionais que nos propomos alcançar são:

1. Promover estratégias facilitadoras da igualdade de oportunidades que garantam a conclusão da escolaridade obrigatória, através da diversificação da oferta educativa, apostando na qualidade e excelência do serviço prestado, isto é, aproximando a taxa de abandono escolar a 0%;
2. Aumentar a taxa de transição/aprovação em 2%;
3. Aproximar a percentagem de alunos a integrar o quadro de excelência a 5% do número total de alunos;
4. Obter uma média de classificações:
 - 4.1. nas provas finais do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, no máximo, 7% inferior à média nacional e 5% inferior à média concelhia;
 - 4.2. nas provas finais do 3.º ciclo do Ensino Básico, no máximo, 10% inferior à média nacional e 7% inferior à média concelhia;
 - 4.3. nos exames nacionais (Ensino Secundário), no máximo, 1,5 valores inferior à média nacional e 1 valor inferior à média concelhia;
5. Garantir o cumprimento do serviço atribuído numa taxa superior a 95%.

2.6. OFERTA EDUCATIVA

2.6.1. Oferta Educativa Curricular

Compreende as componentes formativas resultantes do conjunto de áreas curriculares disciplinares.

- **Escola EB1 nº2 de Mem Martins**

1º Ciclo do Ensino Básico.

- **Escola EB1/JI nº1 da Serra das Minas**

Pré-Escolar, 1º Ciclo do Ensino Básico e uma Unidade de Ensino Estruturado para a educação de crianças com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA).

- **Escola EB 2,3 Maria Alberta Menéres**

2º Ciclo do Ensino Básico; 3º Ciclo do Ensino Básico, duas Unidades de Ensino Estruturado para a educação de crianças e jovens com PEA.

- **Escola Secundária de Mem Martins**

3º Ciclo do Ensino Básico – ensino regular, turma de Percurso de Currículo Alternativo (PCA) e turma do Curso Vocacional (CV).

Ensino Secundário Regular – Cursos Científico-Humanísticos – 10º, 11º e 12º anos. Estes cursos do Ensino Secundário destinam-se sobretudo a alunos que pretendem prosseguir estudos no Ensino Superior, e que optam por formações mais longas em termos de preparação para o mundo do trabalho.

FORMAÇÃO GERAL <i>(Comum a todos os cursos)</i>	Português (10º/11º/12º anos) Língua Estrangeira I, II ou III (10º/11º anos) (a)	Filosofia (10º/11º anos) Educação Física (10º/11º/12º anos)
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	<u>Curso de Ciências e Tecnologias</u> Matemática A (10º/11º/12º anos) No 10º ano, escolha 2 disciplinas, entre: Física e Química A (10º/11º anos) Biologia e Geologia (10º/11º anos) Geometria Descritiva A (10º/11º anos)	Escolha um dos seguintes blocos de disciplinas para o 12.º ano: Biologia e Psicologia B Física e Química Química e Biologia Física e Aplicações Informáticas B
	<u>Curso de Ciências Socioeconómicas</u> Matemática A (10º/11º/12º anos) No 10º ano, escolha 2 disciplinas, entre: Economia A (10º/11º anos) Geografia A (10º/11º anos) História B (10º/11º anos)	Escolha um dos seguintes blocos de disciplinas para o 12º ano: Economia C e Sociologia Geografia C e Sociologia
	<u>Curso de Línguas e Humanidades</u> História A (10º/11º/12º anos) No 10º ano, escolha 2 disciplinas, entre: Geografia A (10º/11º) Língua Estrangeira I, II ou III (10º/11º) Literatura Portuguesa (10º/11º) Matemática Aplicada às Ciências Sociais (10º/11º anos)	Escolha um dos seguintes blocos de disciplinas para o 12º ano: Psicologia e Língua Estrangeira I, II ou III b) Psicologia B e Sociologia Sociologia e Língua Estrangeira I, II ou III b) Geografia C e Sociologia
	<u>Curso de Artes Visuais</u> Desenho A (10º/11º/12º anos) No 10º ano, escolha 2 disciplinas, entre: Geometria Descritiva A (10º/11º anos) Matemática B (10º/11º anos) História da Cultura e das Artes (10º/11º anos)	Escolha um dos seguintes blocos de disciplinas para o 12º ano: Oficina de Artes e Oficina Multimédia B Materiais e Tecnologias e Oficina Multimédia B
Educação Moral e Religiosa (facultativa) - (10º/11º/12º)		

Ensino Profissional – oferta educativa de qualidade disponibilizada pela escola sede do Agrupamento à comunidade discente. Regista-se uma crescente procura da oferta educativa abaixo mencionada, situação que se justifica pela taxa de empregabilidade dos formandos entre o tecido empresarial local.

<ul style="list-style-type: none">• Técnico de Secretariado• Técnico de Análise Laboratorial• Técnico de Design Gráfico• Técnico de Vendas	<ul style="list-style-type: none">• Técnico Auxiliar de Saúde• Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
---	--

Esta oferta educativa, ao nível do ensino secundário via profissionalizante, constitui um percurso com forte ligação ao mundo do trabalho, em articulação com o sector empresarial local, e contribui vincadamente para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. Os cursos conferem diplomas de formação de nível 4, obedecendo aos preceitos formativos regimentados pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional e tipificados no Catálogo Nacional de Qualificações.

No 3º Ciclo do Ensino Básico, considera-se como oferta educativa de escola uma disciplina de índole artística e Tecnologias de Informação e Comunicação.

Regista-se que no primeiro ciclo do ensino básico a oferta educativa rege-se por um conjunto de orientações legais de carácter nacional e municipal, articulando as disponibilidades das escolas do agrupamento com a associação de pais e encarregados de educação e os diferentes parceiros pedagógicos da comunidade educativa, objetivando a ação relativamente à ocupação dos tempos livres dos alunos, incluindo as situações inerentes ao prolongamento do horário escolar.

2.6.2. Oferta Educativa Extracurricular

A política de oferta educativa extracurricular do Agrupamento assenta no princípio da formação integral dos alunos, enquanto futuros cidadãos responsáveis e comprometidos com valores de cidadania democrática.

Constituem projetos de excelência, certificados externamente, Biblioteca Lúdica Utilitária, *CollorAdd*, Clube de Línguas, Clube Europeu, Saber Estar no Recreio e Rastreo e Acompanhamento de Saúde Escolar. Todavia, em 2012-2013, o leque extracurricular passava por diferentes áreas formativas, pautando-se pela inegável qualidade pedagógica, tais como, diferentes clubes e ateliês: Eco-Escolas; Programa de Orientação Vocacional; projecto de Promoção da Educação para a Saúde; o projecto Desenvolvimento de Aprendizagem em Rede (Biblioteca Escolar); Gabinete de Apoio ao Aluno e Professor; Desporto Escolar e o Grupo Desportivo da Escola Maria Alberta Menéres.

Ao longo do período de vigência deste projeto educativo, permitir-se-á a adequação da oferta educativa extracurricular, dependendo das circunstâncias e conjunturas pedagógicas em que se possa encontrar envolvido o agrupamento, tendo por base os recursos materiais e humanos existentes no agrupamento e, fundamentalmente, a visão e missão preconizadas neste projeto.

2.7. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (PRIMEIRO CICLO)

O órgão de gestão do AEMM, no desenvolvimento do Projeto Educativo e em conformidade com a legislação em vigor, proporciona aos alunos atividades de enriquecimento curricular (AEC), de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico e de ligação da escola com o meio.

III – DIAGNOSE: REFLEXÃO-AÇÃO

3.1. Domínios e subdomínios de reflexão prioritária

Definiram-se domínios e subdomínios de reflexão prioritária, apontando problemas (P), estratégias (E) e objetivos (O) a atingir na perspetiva de potenciar mais-valias organizacionais e pedagógicas nas diferentes unidades educativas do agrupamento.

Domínio A – Gestão e liderança partilhada.

- **Subdomínio A.1. - Espaços de partilha e reflexão entre a direção e as coordenações de estabelecimento para firmar lideranças.**

PA1 – Articulação entre a direção e as coordenações de estabelecimento.	EA1 – Realização de reuniões mensais.	OA1 – Melhorar a articulação entre lideranças.
Instrumento de recolha de dados		
Atas das reuniões e aplicação de um questionário.		

- **Subdomínio A.2. - Estruturas pedagógicas.**

PA2 – Reorganização das estruturas pedagógicas.	EA2 – Coordenações e subcoordenações.	OA2 – Operacionalizar com eficiência a dinâmica dos departamentos e grupos disciplinares.
Instrumento de recolha de dados		
Relatório de atividades mediante modelo apresentado.		

Domínio B – Sucesso Educativo.

- **Subdomínio B.1. - Constituição de uma equipa de avaliação interna do Agrupamento.**

PB1 – Inexistência de uma equipa de agrupamento.	EB1 – Constituição uma equipa de avaliação interna representativa das várias unidades e níveis de ensino.	OB1 – Autoavaliar o agrupamento.
---	--	---

- **Subdomínio B.2. - Definição de metas anuais por ano/ciclo.**

PB2 – Ausência de metas anuais de redução das taxas de insucesso e de abandono escolar.	EB2 – Trabalho colaborativo no reforço das aprendizagens dos discentes.	OB2 – Estabelecer e atingir as metas e taxas de sucesso anuais definidas.
Instrumento de recolha de dados		
Documentos de avaliação e classificação dos alunos.		

Domínio C – Identidade e coesão do agrupamento.

- **Subdomínio C.1. - Construção do Projeto Educativo de Agrupamento.**

PC1 – Inexistência de um projeto educativo ajustado às especificidades do agrupamento.	EC1 – Constituição de uma equipa representativa dos ciclos de ensino para a elaboração do PEA.	OC1 - Construir um projeto educativo que tenha em consideração a dimensão, especificidade e diversidade do agrupamento.
---	---	--

- **Subdomínio C.2. - Rentabilização da rede de informação e comunicação interna e externa e de interação com todos os membros da comunidade educativa.**

PC2 – Ineficiência da rede de informação e comunicação entre as unidades educativas do agrupamento.	EC2 – Constituição de uma equipa que operacionalize a rede web funcional e promova a sua utilização de modo a potenciar as suas vantagens e mais-valias.	OC2 - Melhorar a operacionalização da rede Web na comunicação ao nível da Comunidade.
Instrumento de recolha de dados		
Relatório de atividades mediante modelo apresentado.		

- **Subdomínio C.3. - Reforço da interação entre a família e a escola.**

PC3 – Envolvimento insatisfatório das famílias na vida escolar dos seus educandos.	EC3 – Desenvolvimento de iniciativas que aproximem e envolvam as famílias na vida da escola e que sejam promotoras da imagem social da escola.	OC3 - Promover o envolvimento das famílias na vida escolar.
Instrumento de recolha de dados		
Questionários aos DT, APEE e Representantes dos Encarregados de Educação.		

Domínio D – Promoção de Igualdade de Oportunidades.

- **Subdomínio D.1. – Formação interna para docentes e não docentes.**

PD1 – Falta de formação em áreas detetadas como prioritárias.	ED1 – Elaboração de um plano de formação a apresentar ao CFAES e criação de espaços de partilha de formação entre pares no Agrupamento.	OD1 - Integrar no Plano de Formação do Agrupamento ações de formação em contexto de trabalho nas diferentes áreas de intervenção prioritária.
---	---	---

- **Subdomínio D.2. – Promoção de estratégias facilitadoras da igualdade de oportunidades que garantam a conclusão da escolaridade obrigatória.**

PD2 – Diversificação da oferta educativa.	ED2 – Adequação dos recursos humanos e materiais do agrupamento.	OD2 - Criar/oferecer diferentes percursos escolares.
--	---	---

Domínio E – Espaços Físicos e Equipamentos.

- **Subdomínio E.1. - Manutenção dos espaços físicos e dos equipamentos das unidades educativas do Agrupamento.**

PE1 – Gestão e manutenção dos espaços físicos e dos equipamentos dispersos pelas unidades educativas	EE1 – Sensibilização da tutela e adaptação/rentabilização dos espaços e equipamentos do agrupamento.	OE1 - Manter e potencializar a utilização dos espaços, equipamentos e gerir de forma eficiente toda a logística inerente aos espaços e equipamentos.
---	---	---

Os diferentes domínios de reflexão serão objeto de operacionalização através das ações e dinâmicas de intervenção preconizadas nos vetores tipificados na secção seguinte.

IV – VETORES DE AÇÃO ESTRATÉGICA

4.1. - Gestão e liderança partilhada

Objetivo-ação	Dinâmica-intervenção
<ul style="list-style-type: none"> • Promover espaços de partilha e reflexão entre a direção e as coordenações de estabelecimento de forma a consolidar as lideranças; • Reorganizar as estruturas pedagógicas tendo em conta a dimensão do Agrupamento; • Promover uma boa rede de meios de comunicação e informação e de recursos informáticos potenciadora de eficácia e eficiência temporal; • Reforçar a metodologia de trabalho colaborativo no corpo docente e promover a reflexão e a partilha de estratégias e processos pedagógicos; • Promover o desenvolvimento profissional de docentes e não docentes através da elaboração de um plano interno de formação contextualizada com os objetivos do Projeto Educativo; • Assegurar a afetação e a boa gestão dos recursos humanos e materiais necessários à consecução da atividade formativa e educativa; • Melhorar a divulgação de boas práticas pedagógicas; • Melhorar os sistemas de comunicação interna e externa do Agrupamento como canais de promoção da imagem do 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agendamento periódico de reuniões da Direção com as coordenações de estabelecimento; ➤ Implementação e aperfeiçoamento da estrutura organizacional definida no Regulamento Interno; ➤ Alargamento e melhoria da rede de comunicação intranet e de recursos (nomeadamente a plataforma <i>Moodle</i> e GARE) já existente em todas unidades educativas do agrupamento; ➤ Agendamento periódico de reuniões de área disciplinar: <ul style="list-style-type: none"> - potenciando o trabalho colaborativo entre os docentes; -fomentando a articulação entre ciclos e entre unidades educativas diversificando os espaços de trabalho comum; ➤ Realização de reuniões de trabalho ao nível das estruturas pedagógicas intermédias, incrementando a articulação/trabalho conjunto entre as diferentes áreas disciplinares/disciplinas; ➤ Elaboração do plano de formação para o agrupamento; ➤ Conseguir por parte da tutela a afetação de assistentes operacionais para a escola sede com vista à consecução dos objetivos pretendidos; ➤ Dotação da escola sede dos meios e recursos informáticos/tecnológicos ainda em falta; ➤ Consolidação de uma equipa diversificada de docentes que

<p>Agrupamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover uma cultura de participação dos diferentes agentes e parceiros na definição das orientações educativas do Agrupamento e na resolução dos problemas decorrentes da atividade escolar; • Desenvolver a cooperação entre todos os setores e órgãos do Agrupamento; • Melhorar o modelo de gestão da escola, baseado na autonomia e responsabilização das lideranças intermédias, com motivação das equipas de trabalho (docentes e não docentes), como forma de melhorar desempenhos; • Melhorar a participação ativa e representativa dos alunos na vida do agrupamento; • Incrementar as interações com os parceiros educativos, através da criação de oportunidades para a sua participação em ambientes formais e informais da atividade educativa, que proporcionem um maior conhecimento e uma melhor capacidade de intervenção sobre o quotidiano e as problemáticas escolares. 	<p>promova e divulgue, pelas mais diversas vias, as atividades e projetos didáticos, pedagógicos e culturais realizados no agrupamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✦ Calendarização de situações formais e informais de são convívio com o envolvimento de toda a comunidade educativa; ✦ Elaboração de um organograma do agrupamento, com todas as estruturas e, respetivos, responsáveis; ✦ Delegação das competências e responsabilidades necessárias motivando as lideranças das estruturas intermédias para um trabalho de equipa sólido e de qualidade e que corresponda aos desafios a que este agrupamento se propõe; ✦ Agendamento periódico de reuniões entre todos os delegados de turmas e a direção, com vista à recolha de sugestões para melhoria do funcionamento do agrupamento; ✦ Renovação/Criação de protocolos com as entidades parceiras com vista a uma melhor resposta às necessidades educativas; ✦ Alargamento do horário de funcionamento do GAAP a fim de minimizar as situações de indisciplina;
--	---

4.2. – Sucesso Educativo

Objetivo-ação	Dinâmica-intervenção
<ul style="list-style-type: none"> • Constituir uma equipa de avaliação interna com vista a aferir resultados e a evolução dos mesmos, bem como a monitorização dos resultados dos alunos que ingressam no Ensino Superior e no mercado do trabalho e na transição para a vida ativa; • Definir metas a atingir anualmente por ano/ciclo; • Promover o sucesso educativo e a melhoria da qualidade das aprendizagens; • Promover a reflexão nos alunos sobre o seu processo de ensino-aprendizagem, responsabilizando-os também pelo sucesso educativo; • Corresponsabilizar pais e encarregados de educação pelo processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos com vista ao sucesso educativo dos discentes; • Inovar e diversificar as ofertas educativas; • Otimizar a integração e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e das diferentes nacionalidades, implementando uma gestão flexível e inclusiva do currículo; • Promover a articulação e a coerência a implementar no processo de ensino e aprendizagem; • Melhorar a articulação entre os vários ciclos de ensino; 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Constituição de uma equipa alargada e diversificada de elementos que terão a seu cargo a prossecução das ações definidas para esta área prioritária; ↘ Criação de um modelo de autoavaliação do agrupamento; ↘ Elaboração, pelo Conselho Pedagógico, de um conjunto de sugestões e recomendações, a fim de reajustar os planos de apoio e acompanhamento individualizado dos alunos e as estratégias de ensino e aprendizagem em resultado das metas e objetivos definidos; ↘ Reconhecimento e valorização dos alunos, através da dinamização dos Quadros de Valor e de Excelência, os quais se destinam a tornar patente o reconhecimento de aptidões e atitudes dos alunos que se tenham evidenciado pela sua dedicação, esforço no trabalho e empenho em ações meritórias; ↘ Reforço do número de horas para apoio pedagógico individualizado, direcionado para os alunos que apresentem dificuldades de inserção na comunidade escolar e/ou dificuldades de aprendizagem; ↘ Elaboração de um plano de ação que contemple os seguintes domínios: gestão da BE; apoio ao desenvolvimento curricular; leitura e literacias, projetos e parcerias com a comunidade; criação

<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e melhorar planos de atividades adaptados às turmas e aos alunos; • Valorizar e reconhecer atitudes e comportamentos socialmente responsáveis; • Reduzir a indisciplina dando especial relevo a situações que envolvam comportamentos de risco; • Reforçar as componentes lúdicas e culturais extracurriculares proporcionando a abertura de novos clubes e projetos; • Promover a educação para a responsabilidade, para que os nossos alunos consigam tornar-se cidadãos críticos e confiantes no modo como encaram os desafios, com humildade, concórdia, empreendedorismo, justiça, igualdade, respeito, liberdade, mas sobretudo, com responsabilidade, exigência e verdade; • Promover atividades lúdicas e pedagógicas no espaço de recreio dos alunos, tornando este espaço progressivamente mais dinâmico, atrativo e seguro para os alunos; • Promover e fomentar a atividade física e desportiva; • Prevenir o abandono e a exclusão escolar e social; • Valorizar o trabalho, o mérito e a excelência, envolvendo e responsabilizando o aluno face à sua própria formação; • Valorizar a BE/CRE no seu papel nuclear de organização pedagógica nas vertentes de apoio ao currículo, às literacias, com destaque para a literacia de informação, e às atividades culturais. 	<p>de comunidades autónomas de estudo;</p> <p>↳ Desenvolvimento de competências que permitam aos alunos fazer um tratamento adequado da informação, em diversos suportes.</p>
---	---

4.3. – Identidade e Coesão do Agrupamento

Objetivo-ação	Dinâmica-intervenção
<ul style="list-style-type: none">• Rentabilizar a rede de informação e comunicação interna e externa e de interação com todos os membros da comunidade educativa;• Intensificar a interação entre a família e a escola, na promoção da imagem social da mesma;• Proporcionar momentos de encontro da comunidade educativa para partilha de experiências e boas práticas;• Promover atividades que proporcionem o envolvimento de alunos, professores e família com vista ao desenvolvimento do sentimento de pertença;• Desenvolver atividades que estimulem e potenciem a cultura e identidade do agrupamento;• Potenciar o Plano Anual de Atividades como programa de desenvolvimento da dinâmica de coesão da identidade do agrupamento;• Promover a imagem do agrupamento na comunidade local, regional e nacional, estabelecendo parcerias e projetos com entidades públicas ou privadas e incrementando a participação da comunidade educativa na vida do agrupamento com a realização de atividades socioculturais e desportivas;• Utilizar os espaços do agrupamento como meio de divulgação de boas práticas e de atividades relevantes.	<ul style="list-style-type: none">↘ Construção do Projeto Educativo, cujo primado terá como fundamento a identidade e a cultura deste agrupamento;↘ Promoção de um concurso interno com vista à seleção de uma proposta de logótipo do agrupamento;↘ Produção de um jornal do agrupamento.

4.4. – Promoção de igualdade de oportunidades

Objetivo-ação	Dinâmica-intervenção
<ul style="list-style-type: none">• Promover formação interna para docentes e não docentes;• Promover estratégias facilitadoras da igualdade de oportunidades que garantam a conclusão da escolaridade obrigatória, através da diversificação da oferta educativa, apostando na qualidade e excelência do serviço prestado;• Preparar os alunos para os próximos desafios da sociedade da informação e do conhecimento;• Proporcionar aos alunos os conhecimentos fundamentais que lhes permitam o acesso ao prosseguimento de estudos ou a inserção em projetos de desenvolvimento profissional;• Promover a educação para a cidadania social, intercultural e ambiental;• Melhorar as práticas educativas específicas e individualizadas dirigidas aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.	<ul style="list-style-type: none">➤ Elaboração do Plano de Formação de acordo com as necessidades e áreas prioritárias de intervenção;➤ Criação da Sala de Atividades Funcionais (SAF), na escola sede, dos recursos/equipamentos para fazer face às problemáticas dos alunos com necessidades educativas especiais;➤ Desenvolvimento dos Programas Individuais de Transição para a vida Ativa dos alunos com necessidades educativas especiais, gerindo de forma eficiente a aplicação dos planos de ação com os parceiros na implementação dos planos educativos;➤ Promoção e consolidação do bom trabalho desenvolvido com as empresas parceiras, no âmbito dos cursos profissionais;➤ Participação nas atividades promovidas pela Oferta Complementar do 1º Ciclo, com destaque para a Educação para a Cidadania, dentro e fora da escola.

4.5. – Espaços físicos e equipamentos

Objetivo-ação	Dinâmica-intervenção
<ul style="list-style-type: none">• Proceder à manutenção dos espaços físicos e dos equipamentos das unidades educativas do agrupamento;• Promover a autonomia e a consciência cívica dos alunos, assim como o progressivo envolvimento dos mesmos nas tarefas e responsabilidades de gestão das instalações e dos recursos do agrupamento, nos termos a definir no Regulamento Interno.	<ul style="list-style-type: none">↗ Envolvimento das equipas do projeto Eco-escolas na promoção da limpeza e manutenção dos espaços escolares nas diferentes unidades educativas;↗ Realização de um ciclo de sessões de consciencialização cívica junto dos alunos.

V – AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

5.1. – Calendarização

Foi constituída uma equipa de trabalho representativa dos docentes dos diferentes níveis de ensino.

O programa de ação obedeceu a uma agenda de trabalho, materializando-se em reuniões presididas pela Diretora do Agrupamento.

5.2. – Monitorização, avaliação e divulgação

A prática de monitorização requer a definição de objetivos pró-ativos, garantindo-se assim a avaliação de execução dos vetores estratégicos quer em termos organizacionais quer no domínio pedagógico.

Este projecto será sujeito a uma avaliação anual, mediante os instrumentos de recolha de dados elaborados pela equipa da avaliação interna e de acordo os objetivos definidos nos vetores de ação estratégica. Os resultados e as propostas de melhoria serão divulgados pela equipa da avaliação interna.

VI – DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

6.1. – Divulgação

Enquanto documento estratégico da escola, este projeto pretende mobilizar todos os agentes da Comunidade Educativa na prossecução dos vetores estratégicos neles consagrados.

Depois da aprovação pelo Conselho Pedagógico e pelo Conselho Geral do Agrupamento, o documento será objeto de apresentação e divulgação ao(s)/à (s):

- Departamentos Curriculares;
- Pessoal não docente;
- Serviços técnico-pedagógicos;
- Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- Associação de Estudantes do Agrupamento e Assembleias de Delegados;

- Autarquia e parceiros locais;
- Publicitação na página virtual do Agrupamento.

VII – VIGÊNCIA E CESSAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

7.1. – Vigência

O Projeto Educativo do Agrupamento tem como friso temporal de vigência o quadriénio de 2013 a 2017, período correspondente ao mandato da atual Diretora.

Findo o mandato, o documento em referência deixará de vigorar.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1. Quadro normativo nacional

Portaria nº 74-A/2013, de 15 de fevereiro

Portaria 275A/2012, de 11 de setembro

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto)

Lei nº 21/2008, de 12 de maio

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro

Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986

2. Quadro normativo institucional

Contrato de autonomia

Projeto de intervenção da diretora do agrupamento

Regulamento interno

Relatório de autoavaliação do Agrupamento de Escolas Maria Alberta Menéres

Relatório de autoavaliação da Escola Secundária de Mem Martins

Relatório de avaliação externa do Agrupamento de Escolas Maria Alberta Menéres

Relatório de avaliação externa da Escola Secundária de Mem Martins

3. Bibliografia

Delors, J. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório da comissão internacional da educação para o século XXI*. (8ª ed.). Porto: ASA.

Carta das cidades educadoras, 1990 *in* <http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubFitxerAc.do?iddoc=84472> (consultada em 20 de dezembro de 2013).

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994). *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*. Salamanca, UNESCO e Ministério da Educação e Ciência de Espanha.

Alves, J.M. (2005). *Organização, Gestão e Projeto Educativo das Escolas*. Porto, Edições ASA.

Alves, J.M. (1999). *A Escola e as Lógicas da Acção*. Porto, Edições ASA.

Azevedo, J. (2002). *A Avaliação das Escolas*. Porto, Edições ASA.

Formosinho, J.O; Gambôa, R. (org.) (2011). *O Trabalho de Projeto na Pedagogia-em-Participação*. Porto, Porto Editora.

Pordata/INE, censos 2011. In <http://www.pordata.pt/> (consultada em 20 de dezembro de 2013).

ANEXOS

ANEXO I - CRITÉRIOS PEDAGÓGICOS

1. Critérios Gerais de Avaliação

1.1. Introdução

A avaliação é, intrinsecamente, um processo contínuo, sistemático e multiforme, entendida como um instrumento ao serviço da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos que visa aferir a aquisição de competências gerais identificadas nos projetos curriculares das unidades orgânicas que compõem o Agrupamento. A avaliação, constituindo-se como um processo regulador do ensino, é orientadora do percurso escolar e tem por objetivo a melhoria da qualidade do ensino, através da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares globalmente fixadas para os níveis de ensino básico e da evolução das aprendizagens e competências adquiridas pelos alunos no Ensino Secundário. A avaliação destina-se, nas suas diferentes modalidades, a informar os discentes, docentes, encarregados de educação e restantes intervenientes, em cada momento do percurso educativo, devendo originar a introdução das correções necessárias à promoção do seu sucesso.

Neste sentido, a avaliação fornece uma importante informação que deve ser colocada ao serviço da definição e dinamismo das opções a serem tomadas pelos Conselhos de Turma no âmbito das suas competências.

Os critérios gerais de avaliação, operacionalizando a legislação em vigor (*vide* Nota Final), definem-se com base nas opções pedagógicas do agrupamento expressas nas unidades orgânicas que o integram.

Estes critérios servem de grandes linhas orientadoras do trabalho a realizar pelos Departamentos e Áreas Disciplinares na definição dos seus critérios específicos de avaliação que devem ser dados a conhecer aos alunos no início das atividades letivas.

1.2. Instrumentos

Todas as atividades através das quais os alunos adquirem, exercitam e desenvolvem as capacidades enunciadas pelos diplomas legais são realizadas em contexto de avaliação. Para estas diferentes atividades, devem ser criados instrumentos de avaliação adequados que, de um modo sistemático, contínuo e diversificado, forneçam aos alunos uma informação clara sobre o grau de cumprimento das metas curriculares no ensino básico e o desenvolvimento das competências no ensino secundário, e que sirvam de suporte ao seu processo de aprendizagem. Tais atividades podem ser realizadas em diferentes contextos: na sala de aula ou fora dela, em trabalho individual ou de grupo, nunca se esquecendo a especificidade de cada turma, a sua heterogeneidade social e cognitiva, tentando acompanhar os alunos com maiores dificuldades, não prejudicando aqueles cuja evolução na aprendizagem é muito significativa e rápida e exige a apresentação de novos desafios, em suma, estimular todos os tipos de aprendizagem.

Cabe aos Departamentos Curriculares e às Áreas Disciplinares definir esta diversidade de instrumentos e estratégias que se mostrem adequados à avaliação da aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades (no Ensino Básico), e das competências específicas (no Ensino Secundário), visadas por cada programa de modo a permitir rever e melhorar o processo de trabalho.

1.3. Critérios de Classificação

A classificação dos instrumentos de avaliação no **Ensino Básico e Secundário** exprime-se numa linguagem **quantitativa e/ou qualitativa**.

1.3.1. Pré-Escolar

A avaliação é qualitativa e exprime-se de modo descritivo.

1.3.2. Ensino Básico

1º Ciclo

No 1º, 2º e 3º anos de escolaridade, a avaliação sumativa, nos três períodos letivos, expressa-se de forma descritiva em todas as componentes não facultativas do currículo da seguinte forma:

Nível	Percentagem	Menção
1	0% a 19%	Fraco
2	20% a 49%	Insuficiente
3	50% a 69%	Suficiente
4	70% a 89%	Bom
5	90% a 100%	Muito Bom

De acordo com o Despacho normativo nº13/2014 de 15 de setembro de 2014, no 4ºano de escolaridade, a avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa-se numa escala de 1 a 5 nas disciplinas de **Português** e de **Matemática** e de forma descritiva nas restantes componentes não facultativas do currículo, sendo, neste caso atribuída uma menção qualitativa de **Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente**.

Nota: Nos instrumentos de avaliação constará sempre a avaliação qualitativa e quantitativa e as classificações quantitativas/percentagens deverão ser arredondadas às unidades.

1.3.2.1. AEC

As Atividades de Enriquecimento Curricular são avaliadas de forma qualitativa, sendo a assiduidade, o interesse/participação e o comportamento elementos de avaliação a constar na ficha informativa do aluno, no final de cada período letivo.

Nota: os instrumentos de avaliação deverão apresentar apenas uma menção qualitativa, não havendo lugar à indicação expressa da percentagem obtida.

1.3.2.2. Classificação final

A classificação final dos alunos em cada período letivo/módulo é realizada com base nos resultados das classificações dos instrumentos de avaliação que permitam avaliar competências cognitivas, acrescidos dos resultados das observações que permitam avaliar a aquisição e o desenvolvimento de competências relativas a atitudes e valores. A ponderação destes dois fatores far-se-á de acordo com a seguinte tabela:

	Domínios cognitivo/socioafetivo*/psicomotor	Atitudes e valores
Ensino Básico	75% ou 90%	25% ou 10%

*de acordo com a especificidade da área disciplinar

** no caso do 3ºano de escolaridade e em virtude da entrada do inglês no currículo

O cálculo da classificação final de cada período (avaliação sumativa interna) / módulo deve resultar de todos os elementos de avaliação obtidos até à data e não da média das classificações finais de cada período.

1.3.3. 2º e 3º Ciclos

A avaliação é qualitativa e quantitativa e expressa-se de acordo com as seguintes correspondências:

Nível	Percentagem	Menção
1	0% a 19%	Fraco
2	20% a 49%	Insuficiente
3	50% a 69%	Suficiente
4	70% a 89%	Bom
5	90% a 100%	Muito Bom

1.3.4. Ensino Secundário

A classificação dos instrumentos de avaliação (testes) é expressa, obrigatoriamente, de forma quantitativa, numa escala de 0 a 20 valores.

Quanto a outro tipo de instrumentos de avaliação (trabalhos/fichas/...), aplica-se a nomenclatura correspondente à apreciação qualitativa, de acordo com a escala seguinte:

Valores	Menção
0 a 5	Fraco
6 a 9	Insuficiente
10 a 13	Suficiente
14 a 17	Bom
18 a 20	Muito Bom

Nos instrumentos de avaliação formativa (testes), é obrigatória a indicação nos enunciados das cotações dos itens que os compõem.

1.3.5. Classificação final

A classificação final dos alunos em cada período letivo/módulo é realizada com base nos resultados das classificações dos instrumentos de avaliação que permitam avaliar competências cognitivas, acrescidos dos resultados das observações que permitam avaliar a aquisição e o desenvolvimento de competências relativas a atitudes e valores. A ponderação destes dois fatores far-se-á de acordo com a seguinte tabela:

	Domínios cognitivo/ socioafetivo*/psicomotor*	Atitudes e valores
Ensino Básico	75% a 90%	25% a 10%
Ensino Secundário	80% a 95%	20% a 5%

(* de acordo com a especificidade da área disciplinar)

O cálculo da classificação final de cada período (avaliação sumativa interna) / módulo deve resultar de todos os elementos de avaliação obtidos até à data e não da média das classificações finais de cada período.

Aprovado em reunião do Conselho Pedagógico realizada a 17 de setembro de 2015.

Nota Final: Foram consultados o Despacho Normativo n.º 24-A/2012 de 6 de dezembro, o Decreto-Lei n.º139/2012 de 5 de julho, a Portaria n.º243/2013 de 10 de agosto, o Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro e a Portaria n.º644-A/2015, de 24 de agosto.

2. Constituição de turmas: enumeração de critérios para a constituição das turmas

2.1. Aplicação dos critérios definidos na lei.

2.2. Devem ser consideradas as seguintes exceções ao número de alunos por turma definidos nos termos da legislação em vigor:

Na constituição das turmas do 1º ano deve atender-se às indicações pedagógicas fornecidas pelas educadoras dos grupos da mesma unidade educativa.

Na mudança do 1º para o 2º ciclo de escolaridade, o grupo turma, por princípio é alterado, a fim de combater eventuais focos de indisciplina e para que haja um equilíbrio ao nível das competências de aprendizagem e da distribuição equitativa por género e idade, promovendo-se desta forma o sucesso escolar dos alunos.

As turmas de 4º ano serão divididas em grupos para constituição de turmas do 5º ano, com alunos provenientes das 2 unidades educativas do 1º ciclo que integram o Agrupamento, sendo tomadas em consideração as indicações escritas pelos professores titulares de turma e conselho de docentes.

Nas turmas do 2.º e 3.º ciclo de escolaridade, considerando que, a exemplo de anos anteriores, se verifique a necessidade de inclusão de novos processos de matrícula (matrícula tardia, mudança de residência, vindas do estrangeiro...) esses mesmos alunos possam ser integrados em turmas de efetivo reduzido, esgotada a integração até ao limite de 30 alunos nas restantes turmas. A excecionalidade desta orientação não deve exceder 3 alunos por cada uma das turmas referidas.

Nas turmas dos Cursos Científico Humanísticos, do Ensino Secundário, poderá proceder-se à abertura de turmas até um limite de 30 alunos, sempre que se verifiquem situações de matrícula para realização de disciplinas da formação específica em atraso, necessidade de assegurar a continuidade das opções constantes na oferta de escola no ano letivo transato, integração de alunos provenientes dos PALOP ou outras nacionalidades para frequência de Português Língua Não Materna, matrícula tardia ou mudança de residência.

Nas turmas dos Cursos Profissionais, do Ensino Secundário, poderá proceder-se à abertura de turmas até um limite de 30 alunos, sempre que se verifiquem situações de matrícula para realização de módulos em atraso, necessidade de assegurar a continuidade das opções constantes na oferta de escola no ano letivo transato, matrícula tardia ou mudança de residência.

Nas turmas dos Cursos Vocacionais (Básico e Secundário), poderá proceder-se à abertura de turmas até um limite de 24 alunos, sempre que se verifique a necessidade de assegurar a continuidade das opções constantes na oferta de escola no ano letivo transato, matrícula tardia ou mudança de residência.

2.3. Respeito pelas orientações emanadas dos Conselhos de Turma/ Conselho de Docentes (manutenção/alteração do grupo/turma).

2.4. Distribuição equitativa dos alunos pelas turmas relativamente à idade e sexo.

2.5. Manter a continuidade das turmas originárias.

2.6. Os alunos que, no final do 1.º ano de escolaridade não tiverem alcançado os objetivos mínimos para o ingresso no 2.º ano de escolaridade, poderão, com o consentimento dos Encarregados de Educação, integrarem no ano letivo seguinte

uma turma do 1º ano de escolaridade. Esta situação deverá ser devidamente fundamentada com um parecer do professor titular de turma e do Conselho de Docentes e aprovada pelo Diretor.

2.7. Respeitar as opções de escolha de cursos e disciplinas pelos alunos, sempre que possível.

2.8. Distribuir os alunos retidos pelas diversas turmas de forma equilibrada.

2.9. Em resultado da não frequência de Educação Moral e Religiosa pela totalidade dos alunos, não poderá resultar “furos” no horário da turma.

2.10. Deverão ser colocados na mesma turma alunos vindos do estrangeiro com dificuldades em Língua Portuguesa, a fim de facilitar a prestação do apoio pedagógico previsto e/ou frequência da disciplina de Português Língua Não Materna.

2.11. O encarregado de educação poderá, no prazo de dois dias úteis, após afixação das listas das turmas, solicitar a mudança de turma do seu educando, por escrito, desde que seja respeitante aos seguintes motivos:

- a) Doença devidamente comprovada ou tratamento clínico;
- b) Prática de modalidade desportiva na situação de atleta de alto rendimento;
- c) Frequência de irmãos, no mesmo turno dentro da mesma unidade educativa.

2.12. O diretor reserva-se o direito de indeferir o pedido de mudança por razões de carácter

3. Educação Especial: Diferenciar na igualdade de oportunidades, responsabilidade partilhada

Na procura de respostas diferenciadas que visem atender às especificidades educativas de uma população em crescendo, a intervenção da educação especial visará a promoção da integração escolar de alunos que evidenciam incapacidades que condicionam as suas aprendizagens.

A inclusão implica o trabalho em equipa com uma estreita colaboração entre família, professores (titulares de turma, diretores de turma, conselho de turma, educação especial) terapeutas e serviço de psicologia e orientação para elaboração dos documentos que configuram as medidas educativas a disponibilizar em função do diagnóstico apresentado.

As respostas, independentemente dos responsáveis pela sua implementação, procurarão proporcionar a qualidade e a capacidade de resposta acometidas à organização, através da eficiência e eficácia dos recursos humanos e materiais existentes ou a recrutar.

Uma dimensão que irá assumir crescente importância, e que por essa razão colocará novos desafios, prende-se com a transição para um ambiente fora do meio escolar que permita a aquisição de níveis de autonomia e de competências facilitadoras da integração no contexto laboral.

Neste sentido, a parceria com entidades públicas e do tecido empresarial revela-se como prioritária e essencial para a promoção da integração social dos jovens aos quais foram identificadas necessidades educativas específicas. Enquadram-se nesta dimensão os jovens que através do seu plano individual de transição, complementam o seu currículo específico individual, orientado para aprendizagens funcionais.

Aos que não for possível assegurar esta transição caberá a procura de respostas, como o encaminhamento para Centros de Atividades Ocupacionais, onde possam ver assegurado o apoio e acompanhamento de que necessitam.

Para todos os alunos referenciados será elaborado o respectivo relatório técnico-pedagógico e feita a avaliação e tomada de decisão sobre as medidas educativas mais adequadas.

Quando for considerada como melhor resposta a integração no Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, devem ser asseguradas as condições necessárias para a concretização do respectivo programa educativo individual assim como a avaliação do sucesso das medidas aplicadas e a sua reavaliação na transição em cada ciclo de escolaridade. Essa avaliação caberá aos responsáveis pela sua implementação e os resultados alcançados devem ser partilhados por todos aqueles que participam no processo educativo.

Sempre que haja lugar a uma validação externa dos conhecimentos (provas finais, provas de equivalência à frequência e exames nacionais) devem ser asseguradas todas as informações que permitam requerer condições especiais para a realização de provas, de acordo com as indicações dos programas educativos.

Por último, integrando a oferta disponibilizada, promover-se-ão parcerias que permitam aprendizagens através da expressão plástica, da música, do teatro e de atividades desportivas.

ANEXO II – ARTICULAÇÃO CURRICULAR

A articulação entre os ciclos obedece à sequencialidade progressiva das aprendizagens, conferindo a todo o processo um caráter espiral.

A articulação vertical e horizontal do currículo visa a didatização dos conteúdos e das metas curriculares, potenciando o sentido formativo e processual do ensino numa lógica de sequencialidade progressiva.

Formas de articulação curricular

TIPOLOGIA	PROCESSO ARTICULATÓRIO
Interciclos	<ul style="list-style-type: none">▪ Entre os diferentes ciclos de escolaridade, ano terminal e ano inicial dos ciclos de ensino imediatamente sequenciais.▪ A possibilidade de aplicação da avaliação de diagnose.
Departamental	<ul style="list-style-type: none">▪ Reflexão sobre a gestão do processo ensino-aprendizagem de forma a definir estratégias de atuação conjunta.▪ Avaliação sistemática das práticas pedagógicas.▪ Partilha de experiências e materiais inter pares.▪ Promoção do trabalho colaborativo.▪ Gestão partilhada por via das subcoordenações.
Interdisciplinar	<ul style="list-style-type: none">▪ Atividades do PAA.▪ Atividades conjuntas (conselho de turma, projetos...).
Disciplinar	<ul style="list-style-type: none">▪ Análise dos conteúdos do programa e das relações existentes entre eles.▪ Análise das metas curriculares.▪ Definição de critérios gerais para a organização e sequenciação dos conteúdos e atividades.▪ Elaboração das planificações.▪ Elaboração de matrizes, testes, critérios de classificação e grelhas de classificação, e outros instrumentos de avaliação.▪ Análise dos resultados de final de período.▪ Planificação de medidas de recuperação com vista à melhoria dos resultados (APA, Reforço Curricular...).

ANEXO III – LISTA DE PARCEIROS

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa

ACAS - Associação Lusocaboverdiana de Sintra

AMNISTIA INTERNACIONAL

ANQ - Agência Nacional de Qualificação

APEE – Associações de Pais e Encarregados de Educação

APS - Associação de Professores de Sintra

Associação Cultural ABSURDO

Associação HELPO

Associação Juvenil “A Ponte”

Associação Serve the City

Bibliotecas Municipais

Bombeiros Voluntários de Algueirão - Mem Martins

Cadeia de Armazéns *EL CORTE INGLÊS*

CASA DA JUVENTUDE DE SINTRA

CECD – Centro de Educação para o Cidadão Deficiente

CENTRO DE CIÊNCIA VIVA – PÓLO DE SINTRA

Centro de Saúde de Algueirão - Mem Martins

Centro de Saúde de Rio de Mouro

Centro Lúdico de Rio de Mouro e das Lopus

CFAES - Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra

CMS - Câmara Municipal de Sintra

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco

DECATHLON

Diakonia da Paróquia de S. José

Empresa CLIO BY RIP

Escola Virtual – Porto Editora

Espaço Pessoa

FPCEUL - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

GDEMAM - Grupo Desportivo da Escola Maria Alberta Menéres

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GNR - Guarda Nacional Republicana

Grupo de Teatro LORDES DO CAOS

ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

ITQB - Instituto de Tecnologia Química e Biológica

JORNAL DE SINTRA

Junta de Freguesia de Algueirão - Mem Martins

Junta de Freguesia de Rio de Mouro

MICROSOFT

MODELO/CONTINENTE

MUSEU DO PÃO – SEIA

OUTDOOR 7 - Gestão de Instalações Desportivas

PINGO DOCE

Piscina Municipal de Ouressa

PSP – Polícia de Segurança Pública

RBE - Rede das Bibliotecas Escolares

Resiquímica

Learning Teacher Network